
O ESPARTILHO DE MINHA AVÓ: LINHAGENS FEMININAS NA ANTROPOLOGIA

Mariza Corrêa

Universidade Estadual de Campinas – Brasil

Resumo: *A partir de uma rápida avaliação sobre a presença de antropólogas no cenário das três tradições antropológicas mais antigas – a britânica, a francesa e a norte-americana – e sobre a tentativa de suas sucessoras contemporâneas em recuperar seu trabalho para a história da antropologia, é possível refletir sobre nosso trabalho com outras sociedades e como estamos tratando as diferenças culturais em nossas análises delas. Compreender o que distingue e aproxima as antropólogas dos antropólogos em nossa própria tribo talvez nos ajude na reflexão sobre essas distinções e aproximações nas tribos dos outros.*

Abstract: *Trough a brief evaluation of the importance of women anthropologists for our most traditional anthropological scenarios – the British, the French and the American one – and reviewing the the contemporary efforts to bring them back to the forefront of the history of our discipline, it is possible to ask what have we been doing with the cultural differences in our analyses of other societies. Knowing what is it that makes women and men anthropologists different and similar in our own tribe maybe help us to know better such differences and similarities in other tribes.*

Le droit français est stupide: pourquoi veut-on que j'hérite le corset de ma grand-mère?

Marcel Mauss, lembrado por D. Pauline, 1979.

A tradição antropológica & a crítica feminista

Há mais de vinte anos, olhando livros que não podia comprar numa livraria de Ann Arbor, a coletânea de Peggy Golde – e particularmente o artigo de Ruth Landes, autora que eu também só tinha descoberto nos Estados Unidos – chamou minha atenção pela novidade. *Women in the field*, no entanto, estava confortavelmente situada no contexto da discussão feminista em andamento na sociedade norte-americana dos anos setenta e a reivindicação de participação no debate por parte das antropólogas parecia muito natural.

Lendo hoje a coletânea de artigos reunidos na revista *Critique of Anthropology*, que se originou de uma conferência e de um curso na Universidade de Michigan, a sensação é a mesma, só que agora se trata de reivindicar a pertinência de certas autoras esquecidas ao novo cânone da antropologia norte-americana. Ambas as coletâneas foram constituídas como resposta: o livro de P. Golde parecia ser uma resposta à coletânea organizada por Jungmans e Gutkind, para mostrar que as mulheres também faziam trabalho de campo; os artigos reunidos em *Critique of Anthropology*, eram uma resposta explícita à coletânea organizada por J. Clifford e G. Marcus, para mostrar que as mulheres também “escrevem a cultura”.¹ Tratava-se, em ambos os casos, de apontar uma cesura no discurso dominante da antropologia: no primeiro caso, um “esquecimento” da contribuição feita por antropólogas às pesquisas de campo; no segundo caso, um “apagamento” dos nomes de antropólogos da história da disciplina nos Estados Unidos.² A distinção entre os dois termos não é sem consequências: Peggy Golde estava reagindo ao que julgava ser uma injustiça; Ruth Behar, ao que parecia a ela e às outras colaboradoras da revista uma marginalização proposital. O debate sobre as relações difíceis entre o feminismo e a antropologia não é, assim, apenas uma atualização das lutas feministas da década de 70 pela conquista de direitos iguais: trata-se agora de por em questão a própria tradição da disciplina, constituída como um corpo canônico (masculino) de textos, cuja autoridade e precedência vem sendo assegurada através do ensino há algumas gerações.³

¹ Ruth Landes (1986); *Critique of Anthropology* (1993); D. G. Jungmanse e P. C. W. Gulkindeds (1967); J. Clifford e G. Marcus (1986). Esse número especial de *Critique of Anthropology* deu origem à coletânea editada por R. Behar e Deborah Gordon (1995). J. Clifford foi sensível às críticas feministas que a coletânea provocou: ver o seu *Routes: travel and translation in the late twentieth century*, especialmente o capítulo 3 (Clifford, 1997).

² Sobre esse apagamento, ver também a análise de Catherine Lutz (1990), na qual, através de um levantamento realizado em periódicos norte-americanos, a autora mostra que antropólogos e antropólogas tendem a citar com mais frequência os trabalhos de seus colegas homens. Convém lembrar que o período de vinte anos que separa os anos setenta dos anos noventa foi também um momento de “feminização” da antropologia norte-americana durante o qual a porcentagem de títulos de doutor atribuídos a mulheres subiu de 28,6% (em 1971-72) para 63,3% (em 1990-91), conforme o *Anthropology Newsletter* da American Anthropological Association de dezembro de 1992 (agradeço esta referência a Guita Deben). Por contraste, no mundo britânico, um levantamento feito em 1983 pela ASA (Association of Social Anthropologists) no Reino Unido, mostrava “uma leve piora” na situação das antropólogas: 17 por cento dos professores permanentes (“tenured”) eram mulheres, bem como um sexto dos 220 professores de antropologia em geral, na educação superior: Pat Caplan (1992) (agradeço esta referência a Verena Stolcke). Comentando o conhecido fato de que Ruth Benedict foi promovida a “full professor” apenas no final de sua vida, tendo sido a primeira mulher a receber “tenure” num departamento de antropologia importante, Robert Murphy (1991) acrescenta: “Seu feito é obscurecido, no entanto, pelo fato de que nenhuma outra antropóloga recebeu “tenure” em Columbia até Katherine Newman, em 1989, 41 anos depois da morte de Benedict.”

³ Sobre a difícil relação entre feminismo e antropologia, ver M. Strathern (1987a). Veja-se também a muito citada crítica de F. Mascia-Lees, P. Sharpe e C. N. Cohen (1989), na qual as autoras, apesar de renegarem as oposições binárias, afirmam que “as mulheres estão para os homens assim como os nativos estão para o antropólogo”. Para ser justa com outras intenções inovadoras da Organizadora da coletânea *Women in the field*, vale registrar suas palavras na introdução de 1970: “No campo da antropologia tem havido pouca discussão pública dos aspectos subjetivos do trabalho de campo, talvez porque isso fosse considerado não essencial ou

A perspectiva de uma das críticas à coletânea de Clifford e Marcus é paradigmática também da importância que a imagem, ou as imagens, perpetuadas pela aceitação desse corpo canônico, e sua discussão, tem na antropologia contemporânea. Analisando a capa do livro, bel hooks (1990) observou que ela escondia “o rosto de uma mulher morena/negra atrás do título, representando graficamente o encobrimento que é a marca de muito da informação no seu interior.” Observou também que o livro representava apenas uma maneira de os acadêmicos brancos “assegurarem posições de poder e autoridade de modo a manter as estruturas de dominação baseadas em raça, gênero e classe”.⁴ Mesmo sem ter lido essa crítica, minha reação ao uso que a capista de *História das Ciências Sociais no Brasil* fez de uma das fotografias que enviei para ilustrar meu artigo foi semelhante: a foto foi recortada de modo a dar lugar ao título do volume, entre o aperto de mão de Lévi-Strauss e Egon Schaden, em seu reencontro em São Paulo em 1985, dessa forma apagando a imagem de Eunice Durham, que estava entre os dois.⁵

Gênero e linguagem (escrita, visual, gestual) são, então, dois termos quase indissociáveis na produção antropológica contemporânea: uma linguagem inocente das suas implicações (de gênero, entre outras, reclamadas muito antes, como as de nacionalidade ou de classe) ou a pretensão à neutralidade de gênero (dos sujeitos e objetos de pesquisa) foram modalidades de exercer a antropologia denunciadas quase ao mesmo tempo, ainda que nem sempre pelos mesmos locutores. Locutores que tampouco tinham, ou tem, a mesma intenção. No caso da longa discussão sobre a perda da inocência da linguagem antropológica, trata-se de redefinir o *modo* de atuação dos antropólogos (com perdão do plural masculino); no caso das discussões feministas que desembocaram nas teorias de gênero, quando relacionadas à antropologia, trata-se de por em questão a própria tradição disciplinar da qual esse *modo* teria emergido, o que tem implicações para o primeiro caso quando, por exemplo, se reivindica a “prioridade” de algumas pesquisadoras na inovação do texto antropológico.⁶ Mas a locução, também aí, depende tanto dos ares do tempo,

irrelevante para a comunicação de informações a respeito de outras culturas, a tarefa científica central. Eu [...] esperava também que esse volume aparecesse como uma *etnografia dos etnógrafos*, com cada participante aludindo como um ‘informante nativo’ [...]” (ênfase adicional).

⁴ Citada nesse número de *Critique of Anthropology* (p. 310).

⁵ Sergio Miceli (1995). Compare-se a foto da capa com a da página 32, cujo crédito, aliás, é devido à Agência Estado. Eunice Durham, antropóloga e professora da USP, foi também a primeira mulher a presidir a ABA, Associação Brasileira de Antropologia, quase trinta anos depois de sua fundação. Igualmente elucidativo tanto das relações masculino/feminina no campo da antropologia quanto da força das imagens foi o comentário de um conhecido antropólogo ao assistir o vídeo didático que produzi com Ângela Galvão (“Cem anos de antropologia: imagens brasileiras”, Unicamp, 1994): “Muito interessante, mas tem muitas mulheres”... O vídeo apresenta cerca de trinta personagens masculinos e de vinte personagens femininas.

⁶ Ao contrário do que afirma M. Strathern, não creio que se trate de “paradigmas” ou de “experiências” em confronto, mas sim de uma releitura crítica da tradição canônica, donde o recurso à história da antropologia ser um instrumento privilegiado nessa discussão. Não é o caso, como ela diz em outro texto, de “construir trabalhos antigos como jogos literários quase intencionais”, o que seria “um novo etnocentrismo” (Strathern, 1987b), mas de revisitar o passado, como se fosse outro país, perguntando porque certos autores se tornaram “canônicos” e outras não.

que permeiam essa produção de modo geral, ainda que de maneira vaga em alguns casos, como das tradições nacionais da disciplina. Procurando por alguns artigos de Audrey Richards para preparar este texto, fiquei surpresa ao ler um comentário seu de 1967 que soava estranhamente familiar: lembrei então que o mesmo tema, o da comparação entre as tradições antropológicas francesa e inglesa, tinha sido retomado por Mary Douglas mais adiante. Um exame mais detalhado sobre as datas de publicação mostrava, no entanto, que se os artigos eram contemporâneos, a discussão era bem mais antiga.⁷ O terreno da discussão eram as pesquisas feitas por franceses e ingleses na África e, segundo Richards, ela “começara muito anos antes, quando Griaule⁸ e seus alunos começaram a publicar relatos da cosmologia dos Dogon com sua mitologia, simbolismo e conceitos metafísicos muito elaborados e sua ênfase em categorias numéricas e na sua classificação dos fenômenos naturais, grupos sociais e trocas de presentes. Essas idéias foram descritas como formando um sistema. Dieterlen usa aqui a frase ‘um sistema lógico, coerente’ e a expressão ‘sistema lógico autônomo’ também aparece nas contribuições francesas. Os etnógrafos ingleses não apresentaram cosmologias tão elaboradas e consistentes, mesmo depois de terem feito longos e intensivos estudos de povos africanos específicos. Isso é resultado de um acidente histórico, do fato de que a expansão colonial dos franceses ocorreu em alguns lugares da África e a dos ingleses em outros?” Richards responderá analisando os estereótipos nacionais, sobre os quais Mary Douglas também escreveu parágrafos irônicos, mas concluindo que o resultado devia-se às diferentes tradições de pesquisa de campo: os ingleses prestariam mais atenção ao que os informantes dizem do que aos seus textos, “restringindo seu estudo de rituais aos aspectos que tenham relação com a estrutura social, isto é, como se pensa que eles expressam ou reforçam a coesão do grupo, as relações sociais ou as hierarquias de status e como eles simbolizam ou encontram soluções aceitáveis para conflitos estruturais.” Mary Douglas concorda mas, paradoxalmente, tentará reclamar *Pale Fox*, a Raposa Pálida, o irmão que caiu em desgraça na cosmologia Dogon, mas que tem o domínio da verdade e é o oráculo consultado na previsão do futuro, como emblema para a antropologia inglesa. “Podemos, assim, colocar a antropologia britânica sob uma nova luz. Aparentemente tão concreta, tão prática, tão interessada em temas realistas – passamos agora a ser aliados dos surrealistas, de um lado, e da Raposa Pálida dos Dogon de outro. Porque nós também temos um interesse em olhar por detrás da cortina das aparências. Todo o nosso interesse explícito em política e parentesco é um interesse pelo maquinário

⁷ Audrey I. Richards (1967); Mary Douglas (1984). O comentário de A. Richards é sobre o livro que resultou dos trabalhos apresentados na conferência anual do International African Institute de Salisbury em 1960; o artigo de M. Douglas foi publicado originalmente no *Cahiers d'Études Africaines*, v. 7, n. 8, 1967, baseado num texto apresentado na École Pratique des Hautes Études em março de 1967.

⁸ Sobre o trabalho de Marcel Griaule, as diferenças entre a tradição francesa e as tradições britânica e americana de trabalho de campo, e a influência de Marcel Mauss, ver James Clifford (1983). Ver também Clifford (1982). Para Clifford a diferença básica entre os franceses, de um lado, e os ingleses e norte-americanos, de outro, está na insistência dos franceses no trabalho de equipe e de longa duração, ponto também enfatizado por A. Richards.

que projeta sombras na parede. O campo no qual nossos esforços tem sido mais bem sucedidos é na tentativa de desvendar os determinantes sociais da cosmologia.”

Mary Douglas começara com uma pergunta – “O que saberíamos dos Nuer se eles estivessem no Sudão francês – e dos Dogon se eles estivessem às margens do Nilo?” – que ecoava a observação do único norte-americano presente à conferência referida por Audrey Richards, o antropólogo R. L. Gray, que sugerira que M. Fortes armasse sua tenda entre os Dogon e que G. Dieterlen se mudasse para os Tallensi.⁹

Por que essa discussão sobre as modalidades (ou os estilos, como quer Roberto Cardoso de Oliveira) nacionais de praticar a antropologia é relevante para uma discussão sobre a presença/ausência de antropólogas do corpo teórico canônico da disciplina? Tanto porque sugere que a auto-reflexão, reclamada como ponto alto da antropologia contemporânea, é matéria de debate há algum tempo,¹⁰ quanto para refletirmos sobre as tradições antropológicas nas quais estão presentes, ou ausentes, os atuais debates a respeito dessa questão. Se existe, como veremos, uma clara reivindicação de linhagens femininas por parte de antropólogas norte-americanas e inglesas (que embora não o perguntem explicitamente, deixam implícita a questão “o que saberíamos das mulheres nativas se os antropólogos tivessem sido todos homens?”), o mesmo não acontece com as antropólogas francesas. Gostaria de sugerir que a comparação empreendida por Audrey Richards e Mary Douglas nos anos sessenta é também uma espécie de metáfora para o questionamento feminista à tradição antropológica inglesa e norte-americana, por um lado, e à francesa, por outro. No primeiro caso, as feministas que iniciaram o debate, como boas anglo-saxãs, parecem estar à procura dos determinantes sociais da ausência de nomes de antropólogas no panteão da disciplina, mostrando, também, que elas sempre estiveram presentes na sua história. No segundo, as antropólogas francesas parecem não estar interessadas em “desrespeitar os símbolos”, caminho que M. Douglas julga necessário para chegar ao tipo de verdade que interessa à antropologia (britânica) e acreditando, talvez, como os Dogon, que “la parole est parfois synonyme d’action”.¹¹

⁹ “Os etnógrafos dos Dogon e dos Nuer estão seguindo trilhas diferentes e usam técnicas distintas para responder tipos diferentes de questões. Sua pesquisa, combinada, abriria uma nova era de progresso nessas ciências. Os franceses mapeariam o maravilhoso mundo das formas enquanto os ingleses cavariam o subsolo. Quem são os feiticeiros que os Dogon temem? Quem é acusado e porque e qual é o resultado da acusação? Qual é o equilíbrio real de poder expresso na admiração pelos gêmeos e na rejeição dos números ímpares? Qual é a escada para o progresso? Nesses corredores subterrâneos nós nos sentimos em casa.” (M. Douglas, p. 131).

¹⁰ Bem como a famosa relação sujeito/objeto da pesquisa antropológica e a não menos famosa negociação entre etnógrafo e informante: comentando as diferenças entre as pesquisas dos ingleses e dos franceses, A. Richards observava de passagem que, se Germaine Dieterlen trabalhava há 37 anos com os Dogon, tanto ela aprendera com eles quanto eles com ela. “Este tipo de interação mútua entre o questionador e o questionado provavelmente ocorre quando qualquer etnógrafo trabalha com informantes especialistas, quer as questões digam respeito a material econômico, político ou cultural.” Este é o ponto principal da argumentação de J. Clifford (1982), ao analisar as críticas que Griaule recebeu de seus contemporâneos.

¹¹ G. Calame-Griaule, *Ethnologie et langage. La parole chez les Dogon*, Paris, 1965, citado em M. Douglas

Esposas, celibatárias e latas de marmelada

Na sua introdução ao número de *Critique of Anthropology* que venho citando, Ruth Behar fala da discussão a respeito de se existiria ou não uma etnografia “feminista” e cita dois polos do debate: para uma autora, uma etnografia feminista seria impossível, já que a política feminista, sensível aos contextos de dominação, é incompatível com a premissa básica da etnografia, que é que o produto de pesquisa pertence sempre ao pesquisador, mesmo que influenciado pelos informantes. Para outra, tal etnografia é possível, ainda que sem grande inovação estilística, dado que as antropólogas profissionais se adequaram aos cânones tradicionais da literatura antropológica para escapar à comparação com as esposas de antropólogos, cuja tradição seria a de produzirem trabalhos mais literários e mais populares. A primeira posição é a de Judith Stacey, a segunda, de Lila Abu-Lughod: ambas curiosamente publicaram um artigo com o mesmo título, no mesmo ano, exemplificando uma convergência de interesses das feministas pela questão da etnografia.¹² Numa publicação mais recente sobre o trabalho de campo, avaliando a atuação das antropólogas, Diane Bell distingue um “conjunto de contribuições intrigantes” de esposas de antropólogos, “frequentemente sem treinamento”, da contribuição das antropólogas profissionais que foram ao campo com seus maridos e lembra, no primeiro caso, Mary Smith, Elizabeth Fernea e Margery Wolf e, no segundo, Daisy Dwyer, Catherine Berndt, Yolanda Murphy e Barbara Anderson, mostrando como, em ambos os casos, as autoras focalizaram com sucesso os dilemas do encontro cultural. Pat Caplan sugere que existe uma continuidade entre o trabalho das esposas de antropólogos, como o de Mary Smith e Elizabeth Fernea, e o das antropólogas profissionais, como D. Dwyer, no sentido de que, quando um casal faz pesquisa na mesma região, “é frequentemente a mulher que adota o modo anedótico, o homem adotando o modo explicativo”. “Mas o que é interessante é que quando as mulheres se utilizaram de uma abordagem que levava em conta a experiência na escrita etnográfica, boa parte dela foi desqualificada como ‘auto-indulgência’; agora que isso está sendo feito pelos homens, é chamado de ‘experimental.’”¹³

(1984). Aqui não é possível fazer justiça às ironias e alusões presentes no artigo de Mary Douglas na sua comparação das duas tradições antropológicas ao invocar a cumplicidade dos Dogon – que são para os franceses algo assim como os Nuer para os ingleses – *contra* a tradição francesa. Cabe lembrar também que, apesar de ter sido colaboradora de Audrey Richards, Mary Douglas foi orientanda de Evans-Pritchard e é uma admiradora conhecida da tradição sociológica francesa; ver, por exemplo, sua introdução ao ensaio sobre a dádiva de Mauss e a introdução geral a esse volume de ensaios, ao passo que Audrey Richards sempre foi identificada, e se identificava, com a linha de Malinowski.

¹² Judith Stacey (1988); Lila Abu-Lughod (1988). Aqui, para resumir, ao invés de traduzir, parafraseio a citação do debate.

¹³ Diane Bell (1993) (agradeço esta referência a Adriana Piscitelli). A julgar pelos artigos de autores homens incluídos nesta coletânea, no entanto, os antropólogos não têm sido muito bem-sucedidos em suas incursões nos relatos daqueles dilemas, quando passam da questão mais geral do “encontro etnográfico” para as questões

Tal comparação é curiosa, porque chama a atenção para um tema que poucas vezes vi tratado no campo da história da antropologia mas que era um implícito comum no âmbito das pesquisas feitas por casais de pesquisadores, em geral estrangeiros, no Brasil nas décadas de trinta a cinquenta: isto é, era comum a designação de “a esposa de” para as pesquisadoras que acompanhavam seus maridos.¹⁴ A esposa de Lévi-Strauss, a esposa de Donald Pierson, a esposa de Melville Herskovits, a esposa de Maybury-Lewis, a esposa de Charles Wagley, a esposa de Robert Murphy, etcetera. Ainda que todas tenham tido papel destacado como auxiliares de pesquisa de seus maridos, nenhuma delas, que eu saiba, publicou qualquer trabalho de estilo mais “popular” ou “literário”, e, nessa lista, as duas que publicaram, o fizeram com seus maridos (Melville e Frances Herskovits, e Yolanda e Robert Murphy), ou sozinha (Dina Lévi-Strauss). Talvez esse estigma de a “esposa de” como produtora de uma espécie de antropologia de segunda mão seja um caso de preconceito intra-gênero – ou uma pista para começarmos a entender as diferenças entre a tradição francesa, por um lado, e as tradições britânica e norte-americana de pesquisa. Ruth Behar cita, quase com desprezo, o exemplo de Nisa, de Marjorie Shostak, e podemos acrescentar o de Edith Turner, que escreveu as suas memórias do período em que fez pesquisa na África com Victor Turner, o de Laura Bohanan, que escreveu sob o pseudônimo de Elenore Smith Bowen, ou o de Mary Smith, ambas relatando experiências que tiveram quando estavam no campo acompanhando os maridos como parceiras profissionais – mas não lembra nenhum casal francês.¹⁵ Não tive oportunidade de ler o trabalho citado de Rosemary Firth (*From wife to anthropologist*), mas um encontro textual fortuito revelou algo a respeito do que chamei antes de preconceito intra-gênero: ao copiar um texto da *American Ethnologist*, fiquei interessada numa “reply to Rosemary Firth” que aparecia ao lado. Nela, a antropóloga Carol Laderman responde à resenha de seu livro dirigindo-se à resenhista como “Lady Firth” durante todo o decorrer do texto. O que poderia parecer mais uma troca de farpas entre antropólogos ingleses e norte-americanos, comum na literatura, transforma-se aqui numa sutil indicação de que uma antropóloga *professional* ressentia-se da crítica da *esposa* de um antropólogo – Sir Raymond Firth...¹⁶

mais comezinhas das relações pessoais no campo (Caplan, 1992).

¹⁴ Se nem todas eram profissionais, todas acompanharam os maridos ao campo e mereceram agradecimentos deles quando da publicação de seus trabalhos. Significativamente, a antropóloga profissional que veio ao Brasil para fazer uma pesquisa por conta própria é que foi acusada de ter publicado um trabalho “popular”: trata-se de *A cidade das mulheres*, de Ruth Landes, publicado originalmente em 1947 (Landes, 1967). Sobre o contexto “produzido” desta acusação, veja-se o trabalho de M. Healey (1996).

¹⁵ Veja-se o cômico relato de Helen Lynd sobre o trabalho que ela e o marido, Robert Lynd, tiveram para desfazer sua parceria no texto do manuscrito de *Middletown* para que Robert pudesse defender sua tese de doutorado como único autor (citado em Shulamit Reinharz, 1992) e o interessante artigo “Postface à quelques préfaces”, assinado por Gertrude (mas com uma nota de redação de Pierre Alexandre), no qual se faz o pastiche de várias análises correntes no mundo parisiense de então (psicanalíticas, estruturalistas, semióticas) e se critica causticamente o modo como as esposas aparecem nos prefácios das obras dos africanistas (quase todos ingleses) – *Cahiers d'études africaines*, n. 65, 1977.

¹⁶ Pela ordem de citação: Melville and Frances Herskovits (1936); Yolanda e Robert Murphy (1974); Dina Lévi-Strauss (1936); Marjorie Shostak (1981); Edith Turner (1987); Laura Bohannon (como Elenore Smith Bowen,

Se esposas pareciam ser anátema para as antropólogas profissionais, as antropólogas que se aventuravam a exercer a profissão sem a proteção de um marido pareciam ser anátema para os antropólogos já estabelecidos:¹⁷ na mesma época em que a maioria das antropólogas fizeram pesquisa de campo com seus maridos, Ruth Landes (1908-1995) veio para o Brasil sozinha e seu caso parece exemplar. Além das resenhas negativas que recebeu de um dos grandes especialistas no campo do estudo das religiões africanas, Melville Herskovits, foi também atacada por outro, o brasileiro Arthur Ramos, na sua reputação, o que parece ter atrasado sua carreira profissional durante muitos anos.¹⁸ E importante lembrar, nesse contexto, que o trabalho de Landes era sobre a “supremacia” das mulheres nos cultos afro-brasileiros da Bahia, o seu tendo sido um dos primeiros, senão o primeiro, trabalho a chamar a atenção para a presença de homossexuais nesses cultos. A censura pública e privada que ela sofreu sugere que a relação entre gênero e raça não era bem-vinda no campo dos estudos afro-brasileiros dos anos 30. A noção de violência simbólica de Pierre Bourdieu caberia bem aqui: de fato, Ruth Landes usou essa noção ao escrever numa carta que a atitude daqueles senhores era uma espécie de “symbolic rape”.

Bem mais sutis, mas não menos significativas da atribuição de um papel “feminino” (no sentido de doméstico, caseiro) a essas personagens, eram as referências às antropólogas que tivessem se destacado na profissão, feitas nas homenagens prestadas a elas há alguns anos atrás. Na coletânea organizada por Jean La Fontaine para homenagear Audrey Richards, por exemplo, uma das histórias relembradas por ela era de como Audrey, como diretora do East African Institute of Social Research (hoje Makerere), reagira à tentativa do cozinheiro do Instituto de enfiar a cabeça da esposa numa lata de marmelada (“It’s all right; it’s a seven pound tin.”). No número especial do *Journal of Anthropological Research* dedicado a homenagear Hortense Powdermaker, as reminiscências de seu jovem colega Gerald Berreman evocavam vestidos de gala e galãs atenciosos, em histórias divertidas mas, não obstante, caseiras. Era provavelmente a esse tipo de implícitos que Audrey Richards se referia quando se queixava de que o fato de trabalhar com “nutrição” fazia com que seus colegas (masculinos) a vissem menos como uma colega de estatuto igual e mais como uma mulher trabalhando com assuntos de mulher.¹⁹

1954); Mary Smith (1954); Rosemary Firth (1972) e Carol Laderman (1986).

¹⁷ Ver, por exemplo, o comentário de um funcionário local a respeito da ida de uma antropóloga inglesa para a Nova Guiné nos anos trinta: “Se mais algumas senhoras antropólogas estiverem pensando em vir para cá, é melhor que você sugira que elas tragam junto um marido” (citado por Nancy Lutkehaus, 1986).

¹⁸ Ver R. Landes, em P. Golde e Arthur Ramos (1942); Edison Carneiro (1964) e Mark Healey (1996).

¹⁹ Também lhe atribuindo um papel feminino, Roger Sanjek (1991) se refere a ela entusiasticamente: “Como se diria em Gana, Audrey Richards foi a Rainha Mãe do trabalho de campo na antropologia social – desde sua discussão sobre censos e abordagens quantitativas em 1935 e seu ensaio sobre o trabalho de campo (e o “speech inaction”) em 1939, passando pela sua defesa da antropologia no Colonial Social Science Research Council seu apoio e orientação a etnógrafos da África Oriental, de 1950 a 1956, como diretora do East African Institute of Social Science, e sua pesquisa sobre Elmdom. até o exemplo de sua etnografia dos Bemba e de Gana.”

Seguindo uma tendência das profissionais da época, muitas dessas precursoras nunca se casaram: Audrey deixou uma frase interessante sobre o assunto (“Muitas de nós tinham a sensação de que éramos um grupo devotado especial, que não se casaria porque tínhamos coisas mais importantes a fazer. Havia até a sensação de que uma moça que noivasse já estava quase deixando cair.”); algumas parecem ter desejado casar-se (como a irmã de Camilla declarou que ela gostaria); outras perceberam que, se o fizessem, abririam mão de uma independência que, na época, não parecia ser compatível com o casamento (Hortense Powdermaker respondeu ao gracejo de um colega dizendo: “Oh, você me conhece – sempre a amante e nunca a noiva.”).²⁰ Devoção parece ser uma palavra-chave para definir algumas dessas mulheres de cujas biografias se tem notícia: Camilla Wedgwood, que nunca escreveu sua própria tese, passou cinco anos infernais editando as notas de campo de um colega defunto que se tornara uma celebridade em pequenos círculos antropológicos; a própria Audrey foi uma devotada “tia”, e guardiã, das filhas de Malinowski – e elas mais tarde declararam que preferiam que ele tivesse se casado com ela depois da morte da mãe do que com a pintora mexicana que publicou seu diário. E todas elas, quando professoras, são relembradas pela devoção que demonstravam a seus alunos e umas poucas, como Elsie Clews Parsons, pela devoção a sua disciplina, que ela ajudou a constituir com suas generosas contribuições financeiras.²¹

Nenhuma delas ocupou uma cadeira de antropologia que lhes permitisse formar alunos, ou uma tradição de pesquisa.²² O mais comum foi terem sido professoras em escolas de moças, na tradição inglesa e norte-americana dos *colleges* femininos – no que ajudaram a constituir uma “massa crítica” de estudantes que ocupariam lugares na universidade na geração seguinte.²³ Mas todas escreveram muito sobre suas experiências de pesquisa e

²⁰ Citação de Audrey Richards e de Camilla Wedgwood no artigo de Lutkehaus e de Hortense Powdermaker no de Nancy Sheperd-Hughes. Lutkehaus nota que nos Estados Unidos, em 1921, 50 por cento das mulheres que praticavam antropologia eram casadas, porcentagem que tinha caído para 26,4 em 1938 o que, segundo a autora que ela dá como fonte dessa estatística, era atribuído à “profissionalização” da disciplina, com “jovens profissionais solteiras suplantando as amadoras mais velhas e casadas”.

²¹ Ver as comovidas reminiscências de Hortense Powdermaker, escritas por Nancy Scheper-Hughes e Ernestine Fried no número especial do *Journal of Anthropological Research*; a reminiscência de Helena Wayne Malinowska (1983); Louise Lamphere sobre Elsie Clews Parsons e Nancy Lutkehaus sobre Camilla Wedgwood. Comparar o artigo de Lutkehaus com a surpreendentemente insensível (dado o contexto pós-moderno de sua publicação) avaliação de Joan Larcum sobre o trabalho de Camilla na recuperação das notas de campo de Bernard Deacon (“Following Deacon – the problem of ethnographic reanalysis, 1926-1981”. em G. Stocking, 1983). Ver ainda, de M. Lutkehaus, “Refractions of reality: on the use of other ethnographer’s fieldnotes”, em R. Sanjek (1991).

²² No seu necrológio de Audrey Richards, R. Firth observa que ela nunca tivera uma cátedra em antropologia, e comenta de passagem: “que poderia ter tido, se tivesse sido mais ambiciosa” (*Man*, 20, 1985). Ele, e outros encarregados de homenagear antropólogas falecidas, não puderam deixar de mencionar a família da morta no início de suas homenagens: “Seu pai...” No caso de Audrey, o pai era Sir Henry Richards. G. Stocking (1995, p. 430-431) registra que Audrey, Firth e Hocarth, entre outros, postularam sem sucesso uma vaga em Cambridge, em 1936, e que ela foi “desencorajada a concorrer” a outra em 1949, também em Cambridge, porque já havia uma professora de Arqueologia e “era impossível pensar em ter duas mulheres no mesmo campo”. Firth ocupou a vaga de Malinowski na London School of Economics em 1944.

²³ Lutkehaus menciona o fato de que o Newnham College, vinculado à Universidade de Cambridge – que

todas essas qualidades juntas – a devoção ao ensino, o registro de suas experiências, o exemplo de sua atuação administrativa – fizeram com que elas fossem reconhecidas, nas duas gerações seguintes como fundadoras de linhagens femininas na antropologia.

Papa Franz, Bronio e la soeur des masques

A literatura antropológica é pródiga no anedotário sobre a receptividade de Bronislaw Malinowski e Franz Boas a alunas mulheres. Pelo menos duas de suas alunas menos famosas deixaram registro de que, não fosse por seu estímulo, não teriam feito carreira na antropologia. Hortense Powdermaker (1896-1970) fora para Londres depois de uma experiência na organização de trabalhadores sindicalizados em Nova Iorque e se integrara ao seminário de Malinowski. Quando ele lhe disse que era o momento de escolher uma área para seu doutorado, ela respondeu que estava estudando “just for fun”, o que parece não ter lhe agradado e, tendo de escolher entre abandonar os seminários na London School of Economics, ou fazer uma tese de doutorado, Hortense se decidiu pela segunda opção. Ruth Bunzel (1898-) era secretária de Boas em Columbia e quando, num certo verão em que todos iriam para o campo fazer pesquisa, ela ponderou que não teria nada a fazer na ausência deles. Boas teria dito: então você vai fazer pesquisa.²⁴

As linhagens norte-americanas parecem mais complicadas de entender do que a inglesa, dadas as divisões internas que se seguiram à morte de Boas, em 1942, e ao grande número de departamentos de antropologia que foram fundados desde essa época. Não obstante, há um evidente esforço por parte das antropólogas contemporâneas de reivindicar uma tradição para seu trabalho, seja através da recuperação para a antropologia de algumas escritoras de ficção – duas, pelo menos, alunas de Boas; seja através de rememorações sobre a importância do exemplo de algumas dessas predecessoras (na docência ou na pesquisa, ou em ambas); seja, ainda, através da recuperação de certas áreas de pesquisa nas quais as antropólogas teriam tido um papel preeminente.²⁵ Mas

começou a aceitar alunas em 1875, mas só em 1923 passou a atribuir graus às moças que, no entanto, faziam os mesmos exames que os rapazes, sem obter as qualificações que lhes eram atribuídas – era a *alma mater* de várias antropólogas da geração de Camilla Wedgwood – Winifred Hoernle, Audrey Richards, Lucy Mair, Monica Hunter Wilson – e que no Women’s College da University of Sidney, dirigido por Camilla de 1935 a 1944, formou-se a antropóloga Phyllis Kaberry.

²⁴ Powdermaker (1966) conta sua história no livro de memórias e Robert Murphy (1991) conta a de Ruth Bunzel.

²⁵ As duas alunas de Boas que se tornaram escritoras de ficção são Zora Neale Hurston e Ella Deloria. Ruth Behar comenta: “Mas Hurston, uma afro-americana e Deloria, uma americana nativa, foram freqüentemente tratadas mais como ‘informantes nativas’ do que como acadêmicas com vôo próprio” (*Critique of Anthropology*, citado). No mesmo número, analisando o trabalho de Alice Walker, Faye Harrison propõe que se James Clifford afirma que etnografia é ficção, “a ficção pode ser vista, então, como uma forma de etnografia”. Sobre os exemplos de Hortense Powdermaker e de Elsie Clews Parsons, a primeira antropóloga a presidir a American Ethnological Society, em 1923, ver o número especial do *Journal of Anthropological Research*, 47, 1991, dedicado a Powdermaker, e Louise Lamphere (1989). Sobre a importância das antropólogas no estudo dos grupos nativos dos Estados Unidos, ver B. Babeock e N. Parezo (1988).

com certeza duas outras alunas de Boas representam bem o papel de *founding mothers* na antropologia norte-americana: a julgamos pelo número de publicações dedicadas à vida e à obra de Ruth Benedict (1887-1948) e Margaret Mead (1901-1978), há uma certa unanimidade a respeito de sua importância no cenário antropológico dos Estados Unidos. Além das biografias escritas sobre elas, ambas foram as únicas antropólogas a merecerem atenção na já longa série (no seu oitavo volume) da coleção dirigida por George Stocking, *The History of Anthropology*, e Ruth Benedict foi a personagem mais bem tratada no livro de Geertz *Works and lives*.²⁶ Não obstante, nenhuma das duas obteve o lugar que merecia na Universidade: como alguém já observou, Mead foi “deterada” para o Museu de História Natural – além de ter sido publicamente atacada em sua reputação profissional – e Benedict, embora tenha presidido a Associação Americana de Antropologia em 1947-1948, só se tornou “full professor” de Columbia ao final de uma carreira docente de 26 anos, dois meses antes de morrer.²⁷

No caso da Inglaterra, o número de departamentos (e de antropólogos) era menor e parece haver uma definição mais nítida das filiações femininas: escrevendo sobre Audrey Richards (1899-1984), Marilyn Strathern vai estabelecendo os laços que a ligaram a outras antropólogas conhecidas da geração seguinte – e a alguns antropólogos mais conhecidos de sua própria geração, como Raymond Firth e Edmond Leach. Phyllis Kaberry, que foi sua assistente de pesquisa, Jean La Fontaine, que também presidiu a Royal Anthropological Society, como Audrey, que foi sua primeira presidente, a própria Marilyn, também sua assistente de pesquisa, e Henrietta Moore, que continua a trabalhar com a questão da nutrição que interessava a Audrey. E antes dela, Mary Douglas, outra de suas pesquisadoras. “Tudo isso [escreve Shirley Ardener] ilumina uma intrincada rede de relações que juntava a comunidade dos antropólogos sociais ingleses nos anos 40 e 50 e um pouco depois.”²⁸ Audrey e Phyllis Kaberry (1910-1977) dedicaram seus livros a Malinowski – Kaberry tendo sido ainda responsável

²⁶ Sobre Margaret Mead, ver a biografia de sua filha, M. C. Bateson (1984) e a de J. Howard (1984), além do número especial de *American Anthropologist* (82/2, 1980) dedicado a ela. Sobre Ruth Benedict, ver M. Caffrey (1989); Sydel Silverman (1981); C. Geertz (1988); e, sobre ambas, G. Stocking (1986).

²⁷ A bibliografia sobre o ataque às pesquisas de M. Mead é extensa, ver Lenora Foerstel e Angela Gilliam (1992). Em consonância com sua misoginia profissional, Sir Evans-Pritchard perpetrou uma *boutade* sobre ela que se tornou uma das expressões mais citadas nas várias histórias da antropologia em circulação, a de que o seu era o “rustling-of-the-wind-in-the-palm-trees-style” de escrever antropologia, herdado de Malinowski. No parágrafo anterior, ele acrescentara como exemplos da tradição malinowskiana os trabalhos de Monica Hunter e de Audrey Richards. Malinowski, por sua vez, já na década de trinta criticara acerbamente o trabalho da escola americana, e de M. Mead em particular, como “manipulações estranhas e alarmantes” (Evans-Pritchard, 1967; Malinowski, 1936). Sidney Mintz relembra que Ralph Linton, que foi chamado a substituir Boas depois da morte dele, contra a vontade do grupo de Columbia, costumava se gabar de ter assassinado Benedict com material de bruxaria trazido de sua pesquisa de campo (“Ruth Benedict”, em S. Silverman, 1981).

²⁸ M. Strathern (1993) e S. Ardener (1992).

pela coleta e edição dos textos dele a respeito da mudança cultural.²⁹ Phyllis Kaberry escreveu pelo menos duas monografias sobre a situação da mulher em sociedades “primitivas”; Audrey Richards levou mais de vinte anos para escrever a sua.³⁰ Mas os três livros já estavam publicados quando Evans-Pritchard publicou o seu *The position of women in primitive societies and in our own*,³¹ belíssimo exemplar da visão que um dos nativos mais importantes do campo da antropologia inglesa tinha sobre as relações entre homens e mulheres em sua própria sociedade. (Na bibliografia, Kaberry é citada, mas não Audrey Richards.) Para ele, o preço que a “mulher inglesa moderna” pagava ao abandonar a situação que ocupava na sociedade tradicional – segundo ele, muito semelhante na Inglaterra pré-industrial e nas sociedades primitivas contemporâneas – era a “a impossibilidade de casar-se, os desajustamentos psicológicos na vida familiar que, na ausência de laços de parentesco efetivos, tem uma carga emocional muito pesada; a incerteza de status, com a confusão e fricção que acarreta; o tédio, e assim por diante.” Outros problemas, que as mulheres ‘primitivas’ tenham, “oferecem compensações de que nossas próprias mulheres não mais podem usufruir.”

As mulheres modernas pagavam também outros preços: uma de suas biógrafas cita carta de Audrey a Malinowski, de quem ela tinha sido aluna e era boa amiga, queixando-se de que Evans-Pritchard recebia cem libras a mais do que ela na London School of Economics e que tinha uma carga docente mais leve do que a sua. E talvez tenha sido preciso ser muito teimosa para impor seu próprio modo de ser nesse campo masculino. A mesma biógrafa (Jo Gladstone), cita outra carta de Audrey a Malinowski, então seu orientador, que lhe recomendava ser menos delicada e menos tímida:

Bronio, dear, I can't help my ladylike style, unexaggerated I mean. My drives were culturally determined before I met you. I can't stop the ladylike way now, so you must bear with it. What you gain in one side you lose in another. So you must tell me what you want done and I must do it according to my own “style” as you call it. I only muddle things when I try half your style and half mine. [Bronio, meu caro,

²⁹ P. Kaberry (1961). A introdução de Kaberry mereceria uma análise à parte: tendo sido chamada por Malinowski para colaborar com ele no projeto deste livro, ela recebeu seus manuscritos da viúva e uma bolsa para levar o projeto adiante, depois da morte dele, em 1942. Começando por observar que seu livro ainda poderia “ser lido com proveito pelo público em geral, formado por não especialistas nas ciências sociais”, Kaberry prossegue fazendo várias críticas ao autor, particularmente sobre “a falta de uma dimensão histórica”, e citando os autores que, antes de 1942, incorporavam essa dimensão à sua análise: numa distribuição justa, ela cita quatro antropólogas e quatro antropólogos, além de um estudo comparativo organizado pela então diretora do East African Institute of Social Research, Audrey Richards, em 1952.

³⁰ P. Kaberry (1939, 1952); A. I. Richards (1956). Jo Gladstone (em S. Ardener, 1992) comenta a relutância de Audrey em editar rapidamente sua tese para publicação, como Malinowski queria e como ela acabou fazendo – o que pode ajudar a explicar o longo lapso de tempo entre sua pesquisa com os Bemba e a publicação de *Chisungu*.

³¹ Em E. E. Evans-Pritchard (1965). O artigo era originalmente uma conferência de 1955, feita para homenagear a feminista inglesa Millicent Fawcett e foi feita no Bedford College da Universidade de Londres, um colégio de moças... Para uma crítica panfletária, ver M. Corrêa (1974).

não posso evitar o estilo senhora, quero dizer, sem exageros. Meus impulsos foram culturalmente determinados antes de que eu o conhecesse. Não posso parar com os modos de senhora agora e, portanto, você deve agüentá-los. O que se perde de um lado, ganha-se de outro. Assim, você me diz o que quer que eu faça e eu o farei de acordo como o meu próprio “estilo”, como você o chama. Apenas confundo as coisas quando tento metade de seu estilo e metade do meu.]³²

As linhagens femininas são definidas tanto academicamente quanto míticamente: Marilyn Strathern pôde utilizar os dados e as relações de A. I. Richards ao escrever *Kinship at the core* (1981), um estudo sobre as famílias de Elmdom, no contexto de uma pesquisa coletiva iniciada por Audrey e E. Leach em 1962. Nancy Lutkehaus tornou-se a neta mítica de Camilla Wedgwood: estudando a sociedade que ela pesquisara (os Manam da Melanésia), recebeu o mesmo nome que Camilla recebera cerca de cinqüenta anos antes.³³

Mas, na Inglaterra como nos Estados Unidos, nenhuma das alunas de *papa* Franz ou de *Bronio* alcançaram a sua reputação acadêmica, *pace* a popularidade de Margaret Mead, aliás, usada contra ela – e as linhagens antropológicas classicamente reconstituídas nos manuais continuam tranqüilamente a tratá-las como figuras secundárias no cenário institucional – e teórico – da disciplina. No caso da Inglaterra, posições secundárias também no sentido de estarem fora do centro do império: a julgar pelo exemplo de Audrey Richards, Phyllis Kaberry e Camilla Wedgewood, às mulheres de sua geração coube um papel importante, ainda por ser analisado, na montagem dos aparatos educacionais e/ou assistenciais nas colônias britânicas.³⁴

No caso da França, por comparação com a Inglaterra e os Estados Unidos, há um grande silêncio a respeito de possíveis linhagens femininas na literatura antropológica. As filhas de Simone de Beauvoir, tão eloqüentes em reclamá-las em outros campos – a psicanálise, a teoria literária – aqui se calam. Também não parece ter havido lá, como no mundo anglo-saxão, uma tradição de “esposas de” – ainda que os casamentos endogâmicos à disciplina não sejam raros, são raramente tematizados no âmbito profissional.

Contrastando com a “feminização” da disciplina nos Estados Unidos – e neste

³² A filha de Malinowski comentou que, se tivesse casado com ele, Audrey certamente não teria agüentado todas as demandas que ele fazia aos que o cercavam. Para uma bem humorada descrição dessas demandas, veja-se Isaac Schapera (1988), que foi assistente de pesquisa de Malinowski. Na sua introdução à coletânea de trabalhos sobre Malinowski, Firth (1957) chama a atenção para um detalhe interessante sobre ele: como não sabia escrever a máquina, Malinowski ditava – e discutia – seus textos à medida que os escrevia. O melhor retrato de Malinowski emerge da sua correspondência com a esposa, Elsie Masson (Wayne, 1995) (agradeço esta referência a Mauro Almeida).

³³ Entre os Manam, os nomes são transferidos dos avós para os netos. Ver Lutkehaus em Sanjek (1991).

³⁴ Ver também Hilda Kuper (1984). Ela registra, entre outras lembranças de sua carreira na África do Sul, que as mulheres bolsistas do International African Institute deveriam restituir toda a verba recebida para pesquisa se casassem; os bolsistas homens ao casar recebiam uma verba extra. Ao casar com Leo Kuper, e ser chamada a cumprir a norma, Hilda avisou o instituto que não tinha como fazer a restituição e continuou a receber a bolsa.

sentido aproximando-se mais do caso inglês – na França as posições ocupadas por mulheres pesquisadoras tinham sido reduzidas entre o início e o final da década de setenta.³⁵

Foi também nessa década, provavelmente devido ao impacto do movimento feminista, que mais se tratou do assunto no terreno da antropologia – um número especial do *Cahiers d'études africaines*, em 1977, contando apenas com a colaboração de mulheres; uma coletânea de textos em homenagem a Germaine Dieterlen, em 1978, um número especial de *L'Homme* (“Les catégories de sexe en anthropologie sociale”) em 1979 e, no mesmo ano, um outro número especial do *Cahiers d'études africaines* dedicado a Denise Pauline.

Foi também nos anos setenta que Nicole-Claude Mathieu publicou uma influente crítica à oposição que depois se tornaria famosa na literatura feminista, expressa na fórmula homem: cultura:: mulher: natureza; tratava-se, ironicamente, de um comentário a respeito do artigo de Edwin Ardener incluído na coletânea de textos reunidos em homenagem a Audrey Richards.³⁶

O artigo de Mathieu é contemporâneo do de Sherry Ortner que, curiosamente, mas sem citá-lo, toma o partido mais canhestamente defendido por E. Ardener no seu. Criticando a idéia (de Ardener, que aqui está em ampla companhia) de que as mulheres etnólogas compreenderiam melhor as mulheres nativas, ela se pergunta como conciliar esta idéia com outra: a de que “as mulheres etnólogas tem o mesmo modo de formalização que o conjunto dos homens. Talvez não sejam mulheres?”³⁷ Sua crítica principal, que será depois retomada com toda a força do argumento por M. Strathern em *The gender of the gift*, é a de que pensar a respeito dos sexos como categorias reificadas leva inevitavelmente a conceder um primado à biologia nos modelos etnológicos: “poderíamos dizer, afinal, que o homem é biologicamente cultural...”

Mathieu cita, de passagem, dois exemplos interessantes que põem em questão toda essa nossa discussão sobre linhagens “femininas” (como se fosse possível tratar do feminino sem tratar do masculino e vice-versa): um vem da experiência de campo de R. Fortune entre os Dobu, outro da pesquisa de Margaret Mead em Samoa. Mathieu nota que Fortune parece ter se encontrado “em situação de mulher”, já que entre os Dobu um homem não é viril sem magia amorosa e já que o antropólogo não obteve a composição

³⁵ Ver Marie-Noelle Chamoux (1979). No conjunto das instituições que empregam antropólogas, com exceção do Museu de História Natural, a percentagem máxima de mulheres empregadas é de 37%; no Centre National de la Recherche Scientifique, essa percentagem caiu de 43% em 1970 para 35% em 1978. A autora observa também que enquanto as mulheres levam cerca de vinte anos para chegar ao posto de “maitre de recherche”, os homens levam cerca de quatorze e que a ampla maioria dos postos de chefia é ocupada por homens. “Em suma, a tendência institucional poderia ser resumida dizendo-se simplesmente: primeiro, os homens; mulheres, se sobrar lugar.”

³⁶ Nicole-Claude Mathieu (1973); Edwin Ardener (1972).

³⁷ Sherry Ortner (1974). Ver o desenrolar do debate em M. Strathern e Carol P. MacCormack (1980). É interessante notar, de passagem, que talvez o primeiro proponente do tão criticado “male bias” em Antropologia pode ter sido um homem... Ver K. Milton (1979).

secreta dos filtros amorosos... A situação inversa – antropólogas sendo vistas “como homens” pelos nativos das sociedades que estudam sendo a mais comumente registrada.

M. Mead, por sua vez, notou que apesar de o Inglês Pidgin ser interdito às mulheres em Samoa, ela ouviu algumas falando o dialeto fluentemente (o que era explicado pelos homens como resultado de possessão), como também ouviu meninas pequenas falando a língua que tinham aprendido com os irmãos. Aqui convém reter não só a informação de que é impossível viver uma cultura sem vivê-la integralmente, isto é, sem ter um conhecimento, ainda que incompleto, das várias linguagens operando nela, como também a de que os agentes dela são rápidos em recodificar comportamentos aparentemente transgressores (as mulheres samoanas estariam possuídas por um velho trabalhador, já que o Pidgin era uma língua que os homens utilizavam quando iam trabalhar fora).

Esta breve digressão sobre o debate natureza/cultura, e o papel importante que o texto de Mathieu teve na inspiração de outros trabalhos antropológicos posteriores, embora sirva de sinalização para a necessária contextualização da reivindicação contemporânea de antepassadas ilustres – isto é, que nas três “culturas” antropológicas aqui rapidamente visitadas masculino e feminina tem significados e conotações diferentes, que não podem ser subsumidos na rubrica “ocidental – também sugere que, embora aparentemente não preocupadas em se legitimar através da legitimação de predecessoras, as antropólogas francesas não estavam tão alheias ao debate feminista que se passava alhures como antes parecia. De fato, as homenagens feitas a duas de suas pioneiras, Denise Pauline e Germaine Dieterlen, parecem mostrar bem isso.

O primeiro número da primeira revista sobre a história da antropologia publicada na França – *Gradhiva, revue d'histoire et des archives de l'anthropologie*³⁸ – em 1986, abria com um artigo de Denise Paulme no qual, na segunda linha, ela diz: “Meu marido e eu tínhamos conhecido o senhor Bruly Bouabré dez anos antes [de 1968] em Abidjan, quando partíamos para uma missão etnográfica no Beté.” Em 1977, Denise Paulme fizera uma breve lembrança do início de sua carreira, em 1934, quando, por sugestão de Marcel Mauss, oferecera seus serviços ao Museu do Trocadéro e fora encarregada de registrar o conjunto de peças provenientes da África Ocidental que tinham ido para a exposição colonial de 1931. Graças a uma bolsa da Fundação Rockefeller, compartilhada com Deborah Lifchitz, e ao apoio de Mauss, Rivet e Lévy-Bruhl, no ano seguinte Denise juntou-se à terceira “missão Griaule” na África. O espírito da missão fica bem claro na descrição com que ela encerra suas lembranças: “O achado de que mais me orgulho é o tronco de árvore, medindo um metro e quarenta, esculpido à imagem de um homem (obra freqüentemente reproduzida depois) e sobre o qual os habitantes da aldeia só puderam nos dizer que ele já estava lá quando seus ancestrais chegaram. A estátua estava plantada verticalmente;

³⁸ *Gradhiva* é editada sob a direção de Michel Izard, Jean Jamin e Michel Leiris, no endereço do Musée de l'Homme e da édition Jean-Michel Place.

somente a cabeça saía da terra e servia de estaca para amarrar os cavalos. Quando pedi para vê-la mais de perto, os assistentes recusaram-se a tocá-la: 'Isto não nos diz respeito'. Não se opuseram, entretanto a que nós a desenterrássemos com a ajuda de nossos canivetes. Não sei como conseguimos, nem como resolvemos o problema do transporte até o acampamento, mas não esqueci nossa emoção à vista do que era uma obra prima. Pensando bem, os cinqüenta mil francos da bolsa não tinham sido mal empregados."³⁹

Dois anos depois de publicado este texto, D. Paulme foi objeto de uma homenagem, num numero especial dos *Cahiers d'études africaines* que levava o título "Gens et paroles d'Afrique". Em sua introdução, Pierre Alexandre, observando que ela tinha sido uma das pioneiras da pesquisa de campo na França, faz várias alusões às características de Denise: "você nos levou a esquecer os conformismos acadêmicos ou pseudocientíficos"; "pus a carreta na frente dos bois ao evocar a docente antes da pesquisadora"; "para escapar ao risco de incorrer numa demonstração de sua ironia socrática"; "mas você dá pouca atenção ao jargão"; "uma vagabundagem mental que você nunca encorajou". Em sua própria auto-avaliação, Denise (nascida em 1909) relembra sua iniciação na antropologia e suas várias experiências de pesquisa.⁴⁰ Tendo se casado em 1937 com André Schaeffner, ilustre especialista em música, e com quem compartilhou as experiências de campo, Denise lembra que na primeira pesquisa que fez depois da Segunda Guerra, que deu origem ao livro *Genz du riz*, ele entrevistava os homens e ela as mulheres. Ao voltarem ao campo, dois anos depois, ela diz que sua pesquisa foi facilitada porque, como diziam os seus informantes, "nós éramos um casal e nossos interlocutores não tinham de tratar com um celibatário que teria ameaçado a paz de seus lares".⁴¹

³⁹ A autora lamenta não ter trabalhado com as mulheres: "O que redonda em nada sabermos sobre a visão que as mulheres Dogon têm de sua sociedade: a imagem que relatei – e que os trabalhos de meus colegas não modificaram – é a do universo masculino." D. Paulme, Sanga, 1935, em *Cahiers d'études africaines*, 65, 1977: trata-se de um número especial sobre "des femmes sur l'Afrique des femmes" e, era sua apresentação, a redatora, Claudine Vidal, diz que seus colegas masculinos fizeram observações surpreendentes enquanto o material da revista era reunido. "Quando sairá o número sobre os homossexuais? E logo sairá o das p...?" Ela ficou tentada, entre outras coisas, a fazer uma capa florida, e observando que seus colegas africanistas definiam o mundo feminino como frívolo, dizia que a sensibilidade sobre ele era ainda "hesitante, e como que censurada". Sobre as relações da Fundação Rockefeller com M. Mauss e a antropologia francesa, ver G. Stocking (1985). Deborah Lifchitz, judia, foi presa pela policia francesa em 1943 e morreu em Auschwitz. Ver Lifchitz, Paulme e Dupuis (1987). A estátua, hermafrodita, está reproduzida na página 56. O texto mais famoso sobre a primeira missão Griale é o de Michel Leiris (1981), *L'Afrique Fantôme*.

⁴⁰ Sobre o Instituto de Etnologia, ela lembra "as senhoritas Rivet", irmãs de Paul Rivet, que eram secretárias do Instituto e davam grande atenção aos alunos do irmão e especialmente a ela, já que tinham conhecido seu avô.

⁴¹ *Cahiers d'études africaines*, 73-76, 1979. Pierre Alexandre, "Chère Denise", e D. Paulme, "Quelques souvenirs". Alexandre, referindo-se a uma forte tendência da antropologia africanista francesa, diz também que D. Paulme "contribuiu para salvar minha geração de uma indigestão de Dogon". Resenhando um dos livros produzidos sobre os Dogon, Denise Paulme avaliava que a bibliografia já contava com 160 títulos e faz uma crítica severa sobre essa produção, advertindo para "o perigo que representa um estudo realizado no plano metafísico com exclusão de qualquer outro e ignorando qualquer realidade econômica. É preciso relembrar aqui a importância que Mauss atribuía às proporções no estudo dos fenômenos sociais?" E, observando que a

Denise foi uma das fundadoras da pesquisa institucional sobre a África: de acordo com o *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, ela foi assistente no Museu de História Natural, encarregada do Departamento da África Negra no Museu do Homem, diretora de estudos na École Pratique des Hautes Études, onde ajudou a criar o Centro de Estudos Africanos, e uma das fundadoras dos *Cahiers d'études africaines*.⁴²

Germaine Dieterlen (nascida em 1903), também começou sua carreira no Trocadéro e participando de uma das missões de Marcel Griaule, lendo trabalhado com os Dogon desde 1938 e publicado, em 1965, após a morte de Griaule, seu trabalho conjunto com ele (*Le renard pâle*). Dieterlen trabalhou no CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) e na École Pratique des Hautes Études, além de ter colaborado com o Instituto de Estudos Africanos britânico.

O pouco que sabemos das antropólogas francesas dessa geração sugere que, se iniciaram suas carreiras com a benção de M. Mauss, seus primeiros trabalhos foram realizados sob a orientação de Marcel Griaule (1898-1956) que cumpriu, na França, um papel equivalente ao de Malinowski na Inglaterra e ao de Boas nos Estados Unidos, tendo ocupado a primeira cadeira de antropologia na Sorbonne, em 1943, e tendo sido o responsável por várias expedições à África, expedições nas quais se firmaria a tradição de trabalho de campo na antropologia francesa. Apesar de ter morrido cedo, aos 58 anos. Griaule foi o iniciador da outra linhagem da antropologia francesa, talvez menos conhecida e menos prestigiada do que a do americanismo, herdada por Lévi-Strauss e que, como ele, também deixou antropólogas na sua sucessão. Diferentemente dos casos de Boas e Malinowski, no entanto, a sua era uma linhagem *maudite*, na expressão de Jean Rouch, ao relembrar os tempos de guerra.

Lá [em Dakar] também reencontrei Paul Rivet, numa escala entre a América central e o governo provisório de Argel; ele me encorajou a trabalhar “minha tese”, marcando encontro comigo no Museu do Homem, depois da guerra, mas me fazendo entender que haveria contas a acertar com Griaule e com aqueles que tinham ficado na Paris ocupada... Só reví Rivet, Griaule e Dieterlen no natal de 1944, durante uma rápida licença. E os dados já estavam lançados, os africanistas estavam divididos em dois, os radicais ficando com Rivet no Museu do Homem e os dissidentes na Sociedade de Geografia, com Griaule que, num uniforme de coronel da aeronáutica, carregava a pecha de ter sido nomeado professor da Sorbonne pelo governo de Vichy. Mas ele era o único titular de uma cadeira de etnografia na Sorbonne e foi com ele que me inscrevi para preparar a tese. Para dizer a verdade, durante aqueles poucos dias passados na

seca era o pior inimigo deste grupo, observava: “Se Griaule merece o reconhecimento dos Dogon, é porque – como lembrou Hogon d’Aru, seu chefe religioso, no elogio fúnebre – tendo conseguido obter a construção de uma barragem, ele lhes assegurou água, benefício supremo.” (*Man*, 59, 1959).

⁴² Como C. Wedgwood e P. Kaberry, Denise Paulme também se dedicou a organizar as notas de outro antropólogo – as notas de aula de Marcel Mauss que dariam origem à publicação do *Manuel d'ethnographie* (1947).

neve da Alsácia, essas querelas de igrejinhas etnográficas me pareceram inteiramente idiotas e bem à imagem da França de então que, na sua imensa maioria, não estava preocupada com as aventuras guerreiras das quais nós éramos os ridículos heróis...

Lembrando seu retorno à África e suas filmagens, Jean Rouch descreve os funerais de Griaule, simuladamente enterrado com grande pompa pelos Dogon, perto da barragem mandada construir por ele, “e onde um dia repousará o simulacro” da *yasigine* Germaine Dieterlen. O *Sigui*, uma cerimônia que leva sete anos para se completar e se repete a cada sessenta anos, foi pesquisada por Griaule e Michel Leiris que, no entanto, nunca a presenciaram, e filmada em toda a sua sequência por Rouch. As *yasigine* são gêmeas do Renard pôle, as irmãs do *Sigui*, aquelas que têm o direito de fazerem parte da sociedade masculina das máscaras, e em 1966, as três mulheres que ocupavam esse posto na cerimônia do sétimo ano convidaram Germaine Dieterlen para ficar junto delas. Ela foi também reconhecida como “irmã” de Griaule pelos Dogon e pode, assim, continuar com suas pesquisas. Como escreveu o chefe de máscaras Amadigné Dolo: “Nós não queremos que nossas mulheres entrem nas nossas cavernas das máscaras. Se Germaine Dieterlen pode entrar é porque dizemos ‘para nós, não se trata de uma mulher e sim de um homem. Ela fez todos os trabalhos de homem, e fez o *Sigui*. Ela é uma *yasigine*, irmã das máscaras’. Ela é considerada como um homem e nós lhe faremos funerais de homem.”⁴³

Se os africanistas estavam divididos em dois campos no pós-guerra, o tempo parece ter contribuído para reagrupá-los de novo: tanto Denise como Germaine figuram no *comité de direction* do *Cahiers d'études africaines*...

Toutes comptes fait, e sem maiores informações sobre a trajetória das antropólogas francesas, poderíamos pensar que, diferentemente da antropologia norte-americana e da antropologia britânica, nas quais a linhagem, isto é, a origem patrilinear desse grupo disciplinar marcou as origens de sua história, no caso da antropologia francesa a casa, como foi definida por Lévi-Strauss, permitiu que tanto homens como mulheres tivessem aí um lugar, mas que elas, especialmente, aí encontrassem um lugar preeminente.⁴⁴ Isso explicaria a ausência, quando comparada à situação americana ou ingle-

⁴³ As citações são de Jean Rouch, “Le renard fou et le maître pôle” e de Amadigné Dolo, “Témoignages”, em *Systèmes de signes: textes réunis en hommage à Germaine Dieterlen* (1978) (agradeço esta referência, e o interesse na pesquisa, a Emilia Pietrafesa de Godoi). Mais uma vez, como no caso de Mary Douglas, não posso fazer justiça ao belo texto de Jean Rouch, construído à maneira de um *Sigui*, em sete etapas, nas quais ele costura sua vida e experiência profissional na África às lembranças de G. Dieterlen e M. Griaule. Particularmente sua evocação do mistério de Sirius mereceria um ensaio a parte: “mais comment expliquer cela à mes camarades du Musée de l’Homme?” De uma perspectiva mais distante, Barbara Tedlock (1991) converge com a noção de linhagem maldita ao citar outras pesquisas sobre a famosa expedição Dakar-Djibouti: “Leiris revelou a relação tensa entre a equipe européia de pesquisa da expedição e os procedimentos pouco éticos utilizados pela expedição para colecionar peças para o museu. Essas revelações teriam sido a causa do rompimento definitivo de suas relações com seu colega Marcel Griaule.”

⁴⁴ “Ora, na Europa e em outras partes do mundo, as casas medievais apresentam exatamente as mesmas características [que entre os Kwakiut e os Yurok]. Também se definem inicialmente pela posse de um domínio

sa, de uma reivindicação de predecessoras já que elas são, nesse caso, reconhecidas explicitamente.⁴⁵ Não que determinantes sociais, como diria Mary Douglas, estivessem ausentes na inflexão masculina ou feminina que a disciplina tomou nesses países, mas a própria conformação da disciplina, que necessariamente leva em conta os ares culturais de sua origem, teria determinado a indeterminação de gênero, num caso, e sua forte determinação nos outros dois.

Mas as metáforas originárias do parentesco podem ser tão ilusórias para descrever as nativas da antropologia anglo-saxã, ou francesa, quanto as noções criadas por nossa disciplina, na Melanésia ou na África, tem sido para pensar sobre os nativos de outras partes do mundo. Tanto quanto seria pensar em Denise como *a esposa de*, ou em Germaine como *a irmã de* (e em Audrey como *a tia de*, ou a *mãe* evocada por Roger Sanjek, e em Margaret Mead como a eterna adolescente samoana? etcetera). A reivindicação dessas predecessoras independe, de certo modo, do que quer que elas tenham feito: sua reinscrição (agora qualificada) no corpo canônico da disciplina expressa muito mais a nossa necessidade contemporânea do que retrata as suas trajetórias profissionais: é no cruzamento dessas trajetórias com as tradições disciplinares a que pertenciam, e na influência que sofreram dos povos que pesquisaram, que poderíamos começar a refletir sobre elas.

Ao reivindicar o personagem mítico mais famoso da antropologia francesa como patrono da antropologia britânica, Mary Douglas talvez estivesse sugerindo um *crossover* (tão na moda) deste tipo: porque não é possível pensar na contribuição importante de Marilyn Strathern para a teoria antropológica, e particularmente para os estudos de gênero, sem evocar seus predecessores franceses (especialmente Maurice Leenhardt e Marcel Mauss) ou suas predecessoras norte-americanas (especialmente Margaret Mead), na análise da região. Tampouco é possível entendê-la sem ter lido a reflexão contemporânea dos melanésios nativos, muitos deles profissionais da disciplina, a respeito das transformações da cultura (*kastom*), não só devidas à influência ocidental, mas derivadas também da dinâmica de trocas locais.⁴⁶

composto de riquezas materiais e imateriais – as ‘honras’ – entre as quais figuram até mesmo tesouros de origem sobrenatural. Para se perpetuarem, as casas apelam amplamente para o parentesco fictício. quer se trate de aliança ou de adoção. Na falta de herdeiros masculinos, e por vezes em concorrência com eles. as irmãs e as filhas podiam assegurar a transmissão dos títulos, ou de pleno direito, ou fazendo, como se dizia então, ‘a ponte e a prancha’... Talvez resulte disso o importante lugar que. em regimes ostensivamente patrilineares. é ocupado freqüentemente pelo matronímico.” (Lévi-Strauss, 1986).

⁴⁵ Mas seria preciso avaliar também as diferenças entre os sistemas universitários norte-americano, o inglês e o francês: na França, a pesquisa parece ter primazia sobre o ensino, e os diretores de pesquisa parecem ter tanto prestígio quanto os detentores de cargos universitários. Ainda que a pesquisa seja também preeminente na avaliação dos antropólogos norte-americanos e ingleses, as “linhagens” lá são predominantemente universitárias e as várias histórias da antropologia testemunham a importância de se ocupar cargos na London School of Economics, ou na Universidade de Columbia, por contraste com a ocupação de cargos nas agências coloniais, no caso da Inglaterra, ou em museus e nos *colleges* femininos, no caso dos Estados Unidos.

⁴⁶ Não posso desenvolver o argumento aqui, mas me parece que o debate entre Marilyn Strathern e Anette

Talvez a raposa pálida (como o mana, o potlatch, o kula) seja, afinal, um símbolo tão poderoso, tão carregado de significados, para nós, por ter sido por nós investido desse poder, desse excesso de significados: como no conto de J. Cortázar (*O axolotl*), acabamos nos transformando naquilo que miramos de perto demais. Algo parecido está acontecendo hoje com a antropologia, que se “feminiza” à medida que as antropólogas aproximam seu olhar desse animal estranho (afinal, o que é um axolotl?⁴⁷) que é a sua própria disciplina. Quando Denise Paulme disse que os estudos sobre os Dogon estavam revelando uma sociedade monstruosa, não era a dos seus etnólogos que ela descrevia?

Epílogo

Voltando a Mauss (sempre preocupado em apontar a necessidade de estudo sobre as mulheres nas sociedades primitivas⁴⁸): o que quereria ele dizer com a Frase lembrada por Denise Paulme? Seria um modo brincalhão de dizer que, nas nossas sociedades, não mais devíamos investir as coisas de valores pessoais? Portanto, seria estúpido que os franceses se comportassem como Maoris... Ou quem sabe era uma metáfora: o espartilho de sua avó não deveria ser herdado por *ele*, já que não se tratava de *oloa* (propriedade masculina). Nunca saberemos, mas a frase é sugestiva para refletirmos sobre o que é que, afinal, estamos resgatando quando relembremos todas essas antepassadas e, de algum modo, tentamos colocá-las como ancestrais de nossa maneira de fazer antropologia. Nessa rápida incursão na qual tentei mapear a importância, ou a importância advogada, de algumas antropólogas em três contextos nacionais de se fazer antropologia – e na qual há grandes e inevitáveis lacunas⁴⁹ – há também uma notável ausência. É cada vez mais difícil falar nas origens de nossa disciplina, no contexto das

Weiner, sobre o livro desta última (Weiner, 1976) é tanto metafórico de uma disputa, entre inglesas e norte-americanas, interna ao campo de especialistas na Melanésia, como de uma disputa, como se fosse, em nome do “nome do pai”: ver a crítica de Strathern (1981) – originalmente a Malinowski Memorial Lecture de 1980. Ostensivamente trata-se da resposta da Strathern à crítica de Weiner de que ela estaria sofrendo de “male bias” ao não “ver” o valor de certas riquezas femininas na região. Para o valor dos *netbags* como objetos andróginos, ver Maureen A. MacKenzie (1991).

⁴⁷ *The American Heritage Dictionary of the English Language*: “axolotl: uma das inúmeras salamandras mexicanas e norte-americanas do gênero *ambystoma* que, ao contrário da maior parte dos anfíbios, mantém suas guelras externas e se tornam sexualmente maduros sem passar por uma metamorfose [nauatl: atl.água + xololl. servo, espírito]”.

⁴⁸ Por exemplo: “Pode-se dizer a nossos estudantes, sobretudo aqueles que um dia poderiam efetuar observações neste terreno, que só fizemos a sociologia dos homens e não a sociologia das mulheres, ou dos dois sexos” (“A coesão social nas sociedades polissegmentares”). Ou: “Mas sobre as sociedades das mulheres e sobre a educação que elas ministram a seus membros, tudo está ainda por descobrir.” E acrescentava, em nota: “Miss Mead deu uma boa descrição da educação em geral numa tribo papua.” (“Fragmento de um plano de sociologia descritiva”). *Ensaio de Sociologia*, (Mauss, 1981).

⁴⁹ Peter Fry e John Monteiro me lembram a importância institucional de Monica Wilson, por exemplo, mas, infelizmente, tanto quanto sei, ela não mereceu homenagens como as recebidas pelas personagens com as quais pude lidar aqui. Para uma série maior de antropólogas, consultar Ute Gacs et al. (1988).

pesquisas contemporâneas sobre sua história, sem falar na “situação colonial” e, ainda que tenham ocupado uma posição subordinada na institucionalização da disciplina, na maioria dos casos, nossas avós tiveram um papel tão ou mais relevante do que nossos avós na montagem do aparato de pesquisa que se seguiu à instalação dos poderes coloniais.⁵⁰ Esta é uma história ainda por ser contada, mas já há bons indícios dela: nossas ancestrais inglesas e francesas participaram com o mesmo empenho que seus colegas contemporâneos nas agências que se espalharam pela África a partir dos anos vinte; quanto às norte-americanas, sua atuação parece ter sido mais notável nas agências nacionais responsáveis pela sorte das populações nativas da América do Norte e, especialmente, nos vários museus regionais dedicados a recolher a sua cultura material.⁵¹

Esta atuação deve ser qualificada com mais pesquisas mas pelo menos duas sugestões podem ser feitas a esse respeito: Henrika Kuklick (1991, p. 191) sugere que os acadêmicos que julgavam os projetos de pesquisa na África, encaminhados ao Colonial Social Science Research Council, “achavam que as pessoas talhadas para fazerem pesquisas a respeito de problemas práticos eram aquelas as quais faltava talento para fazerem contribuições teóricas à disciplina”. E, como as reiteradas alusões ao papel materno de algumas antropólogas na África sugerem, talvez a ideologia evolucionista que a autora mostra ter sido tão importante na implantação do regime colonial no seu cotidiano tenha contribuído também para que houvesse a suposição de que as mulheres fossem mais adequadas para tratar desses povos num “estágio infantil” do que os homens.

Seja como for, se é impossível derivarmos atitudes de posições ocupadas, é possível pensar que, ao ocupar essas posições, as mulheres tanto se comportassem “como homens”, como o contrário. Compare-se a relutância de Audrey Richards em agir num estilo mais impositivo na sua pesquisa de campo, como lhe sugeria Malinowski, com sua bem sucedida carreira no Instituto de Estudos Africanos. G. Stocking, geralmente muito econômico no seu tratamento da trajetória das antropólogas inglesas, abre uma exceção para sugerir que o trabalho de pesquisa de Audrey entre os Bemba foi “exemplar” do tipo de pesquisa aplicada desejada pelos agentes coloniais. E lembra que Audrey Richards, Lucy Mair e Marjory Perham estiveram diretamente envolvidas na preparação do *African Survey*, de Lord Hailey, um “exemplo da emergente política de desenvolvimento colonial”; Audrey foi, também, escolhida como única representante da antropologia no Colonial Research Committee, chefiado por Hailey, em 1942.

⁵⁰ Sobre o contexto mais geral, ver, por exemplo, George Stocking (1991) e Henrika Kuklick (1991).

⁵¹ Sobre sua atuação nas agências coloniais do Pacífico a pesquisa ainda é escassa, mas ver, por exemplo, Suzanne Falgout (1995). Sobre o trabalho das antropólogas norte-americanas com as populações nativas, ver Barbara Babcock e Nancy Parezo (1988) e Nancy Oestreich Lurie (1966). Lurie registra também a criação de uma Women’s Anthropological Society, que existiu entre 1885 e 1899. A participação de Margaret Mead e Ruth Benedict nas agências governamentais como parte do “esforço de guerra” nos anos 40 é conhecida, mas elas não foram as únicas a se engajar nessas atividades. Ver Virginia Yans-McLaughlin (1986).

Richards trabalhou junto com Hailey no planejamento da organização permanente da pesquisa colonial, encorajando-o a criar um conselho de pesquisa social unificado, com subcomitês disciplinares, ao invés de uma série de comitês separados para cada disciplina. Quando o Colonial Social Science Research Council foi criado, em 1944, Richards era a representante da antropologia (embora a disciplina tivesse uma segunda voz no secretário do Conselho. Raymond Firth, recomendado previamente por Hailey a MacDonald como “muito adequado” e “aceitável pela jovem escola de antropólogos”). (Stoking, 1995, p. 411, 419)

Ou compare-se a atuação de Denise Paulme na coleta de exemplares da cultura material dos povos que estudava com a crítica, contemporânea e retrospectiva, de Michel Leiris. Numa entrevista em 1988, ele observava:

A idéia de que a antropologia tinha uma utilidade moral, num certo sentido, levava a acreditar, já que os fins justificam os meios, que havia certas situações nas quais era permitido fazer quase qualquer coisa para obter objetos que, uma vez instalados num museu parisiense, mostrariam a beleza dessas civilizações. [...] Olhando para trás, hoje, penso que algumas das coisas que fizemos estavam muito erradas já que privaram as pessoas de coisas as quais elas tinham apego sem, afinal, tirar grande proveito disso.⁵²

Ou a conhecida atitude de Margaret Mead ao chegar a Nova Guiné em 1932, com sua reiterada defesa dos povos nativos. Os “nativos” não gostavam de transportar carga e “não era possível obrigá-los”, mas seu companheiro, Reo Fortune, percorreu as aldeias e descobriu os segredos “mais recônditos” que seus habitantes desejavam ocultar ao governo. “E então lhes ordenou que viessem transportar a carga”: foram precisos 250 homens para levar a tralha de pesquisa de que ambos se utilizariam em sua temporada de campo. Kuklick comenta que ela não se arrependeu de seu comportamento, ao avaliar a situação muitos anos depois no artigo que escreveu para o livro de Peggy Golde.⁵³

Em suma, e discussões a respeito da possível contribuição antecipada das antropólogas à construção de um texto antropológico mais reflexivo à parte, o que a literatura disponível deixa transparecer é que os estilos de se fazer antropologia, em cada época e no interior de cada tradição, eram compartilhados por homens e mulheres. O que nos traz de volta à questão levantada antes: é possível viver uma cultura sem vivê-la integralmente (ou quase)? É possível aprender apenas a linguagem escolhida como aquela que deve ser a nossa dentro a teia de linguagens que nos habitam desde que nascemos numa determinada cultura?

⁵² Sally Price e Jean Jumin (1988). Ver seu diário da viagem à África para outros exemplos dessas atividades predatórias. Na resenha sobre os Dogon citada anteriormente (nota 41). Denise Paulme dizia também, a respeito dos trabalhos de Griaule e Dieterlen: “Nós lhe devemos, pelo menos, o conhecimento de que os negros foram capazes de elaborar um sistema cosmológico. O que não é pouca coisa.”

⁵³ Margaret Mead (1983); Kuklick (1991, p. 290).

Talvez seja isso, afinal, o que as nossas contemporâneas que se dedicam aos estudos de gênero aprenderam com algumas dessas nossas avós; talvez por isso a análise de Marilyn Strathern sobre gênero na Melanésia soe vagamente familiar a quem leu *Chisungu*, de Audrey Richards⁵⁴ e quem sabe é por isso que aquela figura de madeira desenterrada por Denise Paulme, e que ela descreveu como sendo a imagem de um homem, pareça tão adequada como uma metáfora do que estou tentando dizer aqui.

Isto é, o movimento do feminismo de abandonar as estratégias narrativas de vitimização, polarização e os essencialismos, em favor de enredos de posicionamento relacional,⁵⁵ foi acompanhado pelas narrativas antropológicas influenciadas pelo feminismo – e não só no caso de narrativas produzidas por antropólogas. Assim, talvez o esforço de começarmos a compreender a atuação contextualizada de algumas de nossas ilustres antepassadas nos ajude tanto, ou mais, do que a simples reivindicação de seus textos como exemplos feministas *avant-la-lettre*, na compreensão dos movimentos complexos e sutis de construção de gênero cultural, histórica e politicamente determinados nos quais nós (e não só os povos tradicionalmente pesquisados por nós) estamos envolvidas.⁵⁶

Referências

ABU-LUGHOD, L. Can there be a feminist ethnography?. *Women and Performance*, v. 5, n. 1, 1988.

ARDENER, E. Belief and the problem of women. In: LA FONTAINE, J. S. (Ed.). *The interpretation of ritual: essays in honour of A. I. Richards*. London: Tavistock, 1972.

ARDENER, S. (Ed.). *Persons and powers of women in diverse cultures: essays in commemoration of Audrey I. Richards, Phyllis Kaberry and Barbara E. Ward*. Oxford: Berg, 1992.

BABCOCK, B.; PAREZO, N. *Daughters of the desert: women anthropologists and the native american southwest, 1880-1980*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1988.

BATESON, M. C. *With a daughter's eye: a memoir of Margaret Mead and Gregory Bateson*. New York: William Morrow and Company, 1984.

⁵⁴ Nesse livro, Audrey Richards mostra que homens e mulheres estabelecem relações entre eles a partir da relação entre o que é “forte” e o que é “fraco” em cada um: os homens são fracos em relação à sua situação estrutural, na qual as mulheres são fortes; as mulheres são fracas em relação à chefia da casa, na qual os homens são fortes. Audrey prefigura também a importância do serviço naquela sociedade, por oposição à riqueza, oposição que será retomada por J. Collier e M. Rosaldo e ampliada por M. Strathern (1985).

⁵⁵ A expressão é de Susan Friedman (1995), no contexto de uma análise sobre a relação entre feminismo e relações raciais e é definida como sendo uma “identidade contextualmente construída e definida nos cruzamentos de diversos sistemas de alteridade e estratificação”.

⁵⁶ Agradeço os comentários, sugestões e críticas de Plínio Dentzien, Heloisa Pontes, Peter Fry, Verena Stolcke, Cláudia Fonseca, Roberto Cardoso de Oliveira, Fernanda Peixoto, Adriana Piscitelli e Suely Kofes: infelizmente uma só autora não daria conta de tamanha demanda...

- BEHAR, R.; GORDON, D. (Ed.). *Women writing culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- BELL, D. Introduction I, the context. In: BELL, D.; CAPLAN, P.; KARIM, W. J. *Gendered fields, women, men and ethnography*. London: Routledge, 1993.
- BOWEN, E. S. *Return to laughter*. New York: Harper & Brothers, 1954.
- CAFFREY, M. *Ruth Benedict: stranger in this land*. Austin: University of Texas Press, 1989.
- CAPLAN, P. Engendering knowledge: the politics of ethnography. In: ARDENER, S. (Ed.). *Persons and powers of women in diverse cultures: essays in commemoration of Audrey I. Richards, Phyllis Kaberry and Barbara E. Ward*. Oxford: Berg, 1992.
- CARNEIRO, E. Uma “falseta” de Arthur Ramos. In: CARNEIRO, E. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CHAMOUX, M.-N. Les femmes dans l’anthropologie sociale en France: quelques points de repère.... *L’Homme*, v. 19, n. 3/4, juill./déc. 1979.
- CLIFFORD, J. *Person and myth: Maurice Leenhardt in the Melanesian world*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- CLIFFORD, J. Power and dialogue in ethnography: Marcel Griaule’s initiation. In: HISTORY OF ANTHROPOLOGY: vol. I. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983.
- CLIFFORD, J. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Ed.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- CORRÊA, M. Antropologia e colonialismo cultural: o professor Evans-Pritchard e a mulher. *Boletim dos trabalhos em andamento na antropologia*, Campinas: IFCH/Unicamp, 1974.
- CRITIQUE OF ANTHROPOLOGY. Special issue on women writing culture, v. 13, n. 4, 1993.
- DOUGLAS, M. If the Dogon... In: DOUGLAS, M. *Implicit meanings, essays in anthropology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *The position of women in primitive societies and other essays in social anthropology*. London: Faber & Faber, 1965.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Social Anthropology*. London: Cohen & West, 1967.
- FALGOUT, S. Americans in paradise: anthropologists, custom, and democracy in postwar Micronesia. *Ethnology*, v. 34, n. 2, 1995.
- FIRTH, R. (Ed.). *Man and culture: an evaluation of the work of Bronislaw Malinowski*. New York: [s.n.], 1957.
- FIRTH, R. From wife to anthropologist. In: KIMBALL, S. T.; WATSON, J. B. (Ed.). *Crossing cultural boundaries: the anthropological experience*. San Francisco: Chandler Publishing Company, 1972.
- FOERSTEL, L.; GILLIAM, A. (Ed.). *Confronting the Margaret Mead legacy: scholarship, empire and the South Pacific*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

- FRIEDMAN, S. Beyond white and othemrelationality and narratives of race in feminist discourse. *Signs*, v. 21, n. 1, 1995.
- GACS, U. et al. (Ed.). *Women anthropologists: a biographical dictionary*. New York: Greenwood Press, 1988.
- GEERTZ, C. *Works and lives: the anthropologist as author*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- GOLDE, P.; RAMOS, A. Pesquisas estrangeiras sobre o negro brasileiro. In: RAMOS, A. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- HEALEY, M. Os desencontros da tradição em Cidade das Mulheres: raça e gênero na etnografia de Ruth Landes. *Cadernos Pagu*, n. 6/7, 1996.
- HERSKOVITS, M.; HERSKOVITS, F. *Suriname folklore*. [S.l.]:[s.n.], 1936.
- HOOBS, B. *Yearning: race, gender and cultural politics*. Boston: South End Press, 1990.
- HOWARD, J. *Margaret Mead*. New York: Simon and Schuster, 1984.
- JUNGMANSE, D. G.; GULKINDIEDS, P. C. W. (Ed.). *Anthropologists in the field*. New York: Humanities Press, 1967.
- KABERRY, P. *Aboriginal woman, sacred and profane*. London: Routledge, 1939.
- KABERRY, P. *Women of the Grassfields: a study of the economic position of women in Bamenda, British Cameroons*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1952.
- KABERRY, P. Introduction. In: MALINOWSKI, B. *The dynamics of culture change: an inquiry into race relations in Africa*. New Haven: Yale University Press, 1961.
- KUKLICK, H. *The savage within: the social history of British Anthropology, 1885-1945*. New York: Cambridge University Press, 1991.
- KUPER, H. Function, history, biography: reflections on fifty years in the British anthropological tradition. In: STOCKING, G. (Ed.). *Functionalism historicized*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1984. (History of Anthropology, 2).
- LADERMAN, C. Reply to Rosemary Firth. *American Ethnologist*, v. 13, n. 1, 1986.
- LAMPHERE, L. Feminist anthropology: the legacy of Elsie Clews Parsons. *American Ethnologist*, v. 16, n. 2, 1989.
- LANDES, R. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LANDES, R. A woman anthropologist in Brazil. In: GOLDE, P. (Ed.). *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- LEIRIS, M. *L'Afrique Fantôme*. Paris: Gallimard, 1981.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Minhas palavras*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, D. *Instruções práticas para pesquisas de antropologia física e cultural*. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1936.
- LIFCHITZ, D.; PAULME, D.; DUPUIS, A. Correspondance de Deborah Lifchitz et Denise Paulme avec Michel Leiris, Sanga, 1935. *Gradhiva*, n. 3, 1987.
- LURIE, N. O. Women in early American Anthropology. In: HELM, J. (Ed.). *Pioneers of American Anthropology: the uses of biography*. Seattle: University of Washington Press, 1966.
- LUTKEHAUS, N. 'She was very Cambridge': Camilla Wedgwood and the history of women in British social anthropology. *American Ethnologist*, v. 13, n. 4, 1986.

- LUTZ, C. The erasure of women's writings in sociocultural anthropology. *American Ethnologist*, v. 17, n. 4, 1990.
- MacKENZIE, M. A. *Androgynous objects: string bags and gender in central New Guinea*. Melbourne: Harwood Academic Publishers, 1991.
- MALINOWSKA, H. W. Bronislaw Malinowski: the influence of various women on his life and works. *American Ethnologist*, v. 12, n. 3, 1983.
- MALINOWSKI, B. Preface. In: FIRTH, R. *We the Tikopia: a sociological study of kinship in primitive Polynesia*. London: Allen & Unwin, 1936.
- MASCIA-LEES, F.; SHARPE, P.; COHEN, C. N. The postmodernist turn in anthropology: cautions from a feminist perspective. *Signs*, v. 15, n. 1, 1989.
- MATHIEU, N.-C. Homme-culture et femme-nature?. *L'Homme*, v. 13, n. 3, juill./sept. 1973.
- MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- MEAD, M. *Cartas de uma antropóloga*. Barcelona: Bruguera: Emece, 1983.
- MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*: vol. II. São Paulo: Sumaré, 1995.
- MILTON, K. Male bias in Anthropology?. *Man*, n. 14, 1979.
- MURPHY, R. Anthropology at Columbia: a reminiscence. *Dialectical Anthropology*, v. 16, n. 1, 1991.
- MURPHY, Y.; MURPHY, R. *Women of the forest*. New York: Columbia University Press, 1974.
- ORTNER, S. Is female to male as nature is to culture?. In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHIERE, L. (Ed.). *Woman, culture and society*. Stanford: Stanford University Press, 1974.
- POWDERMAKER, H. *Stranger and friend: the way of an anthropologist*. New York: Norton, 1966.
- PRICE, S.; JUMIN, J. A conversation with Michel Leiris. *Current Anthropology*, v. 29, n. 1, 1988.
- REINHARZ, S. *Feminist methods in social research*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- RICHARDS, A. I. *Chisungu: A girl's initiation ceremony among the Bemba of Northern Rhodesia*. London: Faber & Faber, 1956.
- RICHARDS, A. I. African systems of thought: an anglo-french dialogue. *Man*, v. 2, n. 2, June 1967.
- SANJEK, R. (Ed.). *Fieldnotes: the makings of anthropology*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- SCHAPERA, I. On the founding fathers, fieldwork and functionalism: a conversation with Isaac Schapera. *American Ethnologist*, v. 15, n. 3, 1988.
- SHOSTAK, M. *Nisa: the life and words of a !Kung Woman*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- SILVERMAN, S. (Ed.). *Totems and teachers: perspectives on the history of anthropology*. New York: Columbia University Press, 1981.

- SMITH, M. *Baba of Caro*. New Haven: Yale University Press, 1954.
- STACEY, J. Can there be a feminist ethnography?. *Women's Studies International Forum*, v. 2, n. 1, 1988.
- STOCKING, G. Philanthropoids and vanishing cultures. In: STOCKING, G. (Ed.). *Objects and others*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985. (History of Anthropology, 3).
- STOCKING, G. (Ed.). *Malinowski, Rivers, Benedict and others: essays on culture and personality*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986. (History of Anthropology, 4).
- STOCKING, G. (Ed.). *Colonial situations: essays on the contextualization of ethnographic knowledge*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991. (History of Anthropology, 7).
- STOCKING, G. *After Tylor: British Social Anthropology, 1888-1951*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.
- STRATHERN, M. Culture in a netbag: the manufacture of a subdiscipline in Anthropology. *Man*, v. 16, n. 4, 1981.
- STRATHERN, M. An awkward relationship: the case of feminism and anthropology. *Signs*, v. 12, n. 2, 1987a.
- STRATHERN, M. Out of context: the persuasive fictions of anthropology. *Current Anthropology*, v. 28, n. 3, 1987b.
- STRATHERN, M. Kinship and economy: constitutive orders of a provisional kind. *American Ethnologist*, v. 12, n. 2, 1985.
- STRATHERN, M. Audrey Isabel Richards (1899-1984). In: PROCEEDINGS of the British Academy, 82. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- STRATHERN, M.; MacCORMACK, C. P. (Ed.). *Nature, culture and gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- SYSTÈMES DE SIGNES: textes réunis en hommage à Germaine Dieterlen. Paris: Hermann/CNRS, 1978.
- TEDLOCK, B. From participant observation to the observation of participation: the emergence of narrative ethnography. *Journal of Anthropological Research*, v. 47, n. 1, 1991.
- TURNER, E. *The spirit and the drum: a memoir of Africa*. Tucson: The University of Arizona Press, 1987.
- WAYNE, H. (Ed.). *The story of a marriage*. London: Routledge, 1995.
- WEINER, A. *Women of value, men of renown: new perspectives on Trobriand exchange*. Austin: University of Texas Press, 1976.
- YANS-McLAUGHLIN, V. Science, democracy, and ethics – mobilizing culture and personality for World War II. In: STOCKING, G. (Ed.). *Malinowski, Rivers, Benedict and others: essays on culture and personality*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986. (History of Anthropology, 4).